

“O QUE ÁFRICA TEM A NOS ENSINAR?”: APRENDENDO SOBRE A HISTÓRIA E CULTURA AFRICANA E AFRO-BRASILEIRA NA EDUCAÇÃO BÁSICA

Flávio Penteado de Souza¹; Joice Ribeiro da Silva² Katia Gisele de Oliveira Lângaro³

Matheus Bezerra de Souza⁴

¹Doutorando em Linguística pelo Programa de Pós-Graduação em Linguística (PPGL) da Universidade do Estado de Mato Grosso (UNEMAT), flavio.penteado@unema.br

²Doutoranda em Educação pelo Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGEDU) da Universidade do Estado de Mato Grosso (UNEMAT), joice.ribeiro@unemat.br

³Mestranda em Letras pelo Programa de Pós-Graduação em Letras (PPGLEtras) da Universidade do Estado de Mato Grosso (UNEMAT), katia.langaro@unemat.br

⁴Mestre em Educação pelo Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGEDU) da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS), matheus.bezerra@ufms.br

Resumo: Este artigo caracteriza-se como um relato de experiência sobre as práticas pedagógicas antirracistas desenvolvidas por meio do projeto “O que África tem a nos ensinar?”. O projeto teve como objetivo geral promover a efetivação de práticas pedagógicas antirracistas a partir da Lei nº 10.639/03 no cotidiano escolar. O mesmo foi desenvolvido com uma turma de 4º ano do Ensino Fundamental I na instituição pública de ensino EMEB Armando Dias, localizada no município de Sinop, Mato Grosso. Partindo da perspectiva metodologia da Pedagogia de Projetos proposta por Leite (1998), o projeto teve sua execução durante os meses de março a novembro de 2023, adotando as seguintes etapas: 1) Escolha do tema; 2) Problemática e hipóteses; 3) Planejamento das ações; 4) Execução; 5) Culminância; 6) Avaliação. Por meio dessas etapas, foram realizadas rodas de conversa, pesquisa no laboratório de informática, produção de *lapbooks*, danças e brincadeiras de origem africana, sessão de cinema e leitura de obras infantis afro-brasileiras, entre outras. Como resultados o reconhecimento do papel de cada um no fortalecimento a luta antirracista e a valorização da história e cultura africana e afro-brasileira para a formação do Brasil.

Palavras-Chave: Pedagogia de Projetos. Lei nº 10.639/03. Educação Antirracista. Práticas Pedagógicas Antirracistas. Ensino Fundamental I.

Introdução

A pedagogia de projetos como uma proposta de metodologia ativa vem mostrando-se um poderoso instrumento de formação social, contribuindo de forma significativa com a aprendizagem dos estudantes da Educação Básica, conforme é discutido nos estudos de Santos e Leal (2019) e Renner (2019). Para Santos e Leal (2019, p. 261) o ensino baseado em projeto vai além de uma metodologia dinâmica e diferenciada, ela contribui para a “participação mais

efetiva, significativa e autônoma” dos estudantes, além de promover o trabalho em grupo e despertar “[...] o gosto pela pesquisa”.

A pedagogia de projetos é um convite para que os estudantes possam participar ativamente da construção do conhecimento de forma crítica, por meio do diálogo e das interações entre os próprios estudantes e com os professores (Santos; Leal, 2019). De forma alguma os projetos desenvolvidos podem vistos meramente como uma “[...] opção puramente metodológica, mas como uma maneira de repensar a função da escola” (Hernández, 1988, p. 49). Nesse sentido, a proposta de ensino por meio de projetos deve provocar mudanças no contexto e currículo escolar, fazendo com que estudantes e professores reflitam e problematizem questões que são centrais para a formação colaborativa, crítica e autônoma.

Um dos temas essenciais e urgentes para a formação dos estudantes na contemporaneidade é a Educação Antirracista, conforme é estabelecido pela Lei nº 10.639/03 e as Diretrizes curriculares nacionais para a educação das relações étnico-raciais e para o ensino de história e cultura afro-brasileira e africana (Brasil, 2003; 2004). Na perspectiva de Mota (2021) a Educação Antirracista é definida como uma proposta educativa que se fundamenta no combate às práticas de racismo e preconceito o contexto escolar.

Por meio da Lei nº 10.639/03,¹ tornou-se obrigatório o estudo e ensino sobre as temáticas da história e cultura afro-brasileira e africana na escola (Brasil, 2003). Como principais objetivos da implementação dessa proposta, podemos destacar: a valorização da identidade e cultura (música, dança, culinária, língua, costumes, religiosidade, etc); o reconhecimento das contribuições dos negros para a formação do Brasil; o conhecimento sobre a historicidade dos povos negros em diáspora; o fortalecimento da luta antirracista; e a promoção da equidade (Lopes; Pinto, 2024; Teixeira, 2024).

A Educação Antirracista deve ser parte integrante das ações durante todo o ano letivo, desde a etapa da Educação Infantil. Se fazendo presente, em práticas pedagógicas cotidianas para além do 20 de novembro (dia da consciência negra), seja por meio de danças, músicas, contações de histórias, peças teatrais, jogos e brincadeiras.

Partindo do pressuposto da pedagogia de projetos como ferramenta para a efetivação de práticas pedagógicas antirracistas e implementação da Lei nº 10.639/03, desenvolve-se a proposta desta pesquisa. O projeto “O que África tem a nos ensinar?” foi desenvolvido nos meses de março a novembro do ano de 2023 com uma turma de 4º ano do Ensino Fundamental I, na instituição EMEB Armando Dias localizada no município de Sinop-MT.

¹ Posteriormente a Lei nº 10.639/03 foi alterada pela Lei nº 11.645/08, incluindo também como obrigatório o estudo da história e cultura dos povos indígenas (Brasil, 2008).

O projeto foi sistematizado a partir da metodologia da pedagogia de projetos (Leite, 1998) seguindo seis etapas distintas: 1) Escolha do tema; 2) Problemática e hipóteses; 3) Planejamento das ações; 4) Execução; 5) Culminância; 6) Avaliação. Teoricamente, o presente estudo fundamenta-se nas pesquisas de Gomes (2012), Mota (2021), Munanga (2005), Teixeira (2024), Uchoa (2025), entre outros.

A Educação Antirracista na Educação Básica

A Educação Antirracista deve ser um compromisso assumido por toda a instituição escolar e não se restringir ao trabalho docente. Todos os agentes escolares precisam adotar a perspectiva antirracista, tendo em vista que também fazem parte do processo educativo (gestão, equipe de apoio, infraestrutura, vigias, bolsistas, entre outros).

Destarte, essa concepção pedagógica não deve ser atrelada unicamente às pessoas negras, pois o ensino antirracista precisa propiciar “aprendizagens entre brancos e negros, trocas de conhecimentos, quebra de desconfiças, projeto conjunto para construção de uma sociedade justa, igual, equânime” (Brasil, 2004, p. 14). Diante da luta antirracista, as pessoas brancas têm o papel de fortalecimento na luta antirracista e isso parte do reconhecimento dos privilégios da branquitude e do posicionamento mais ativo frente ao racismo e preconceito.

O estabelecimento de uma educação antirracista deve envolver toda a sociedade, não apenas os negros. Uma profunda reflexão sobre a educação para as relações étnico-raciais leva-nos a concluir que o tema é urgente não apenas para o público escolar negro. É fundamental aos estudantes brancos, para que sejam capazes de reconhecer a diversidade de matrizes que compõem a cultura nacional, tenham elementos para compreender culturas que podem eventualmente não conhecer e reconhecer a necessidade de se mobilizar pela igualdade de direitos, compreendendo-a como um produto benéfico para todos. É preciso que estudantes brancos saibam identificar claramente o racismo, para não mais praticá-lo (Mota, 2021, p. 19).

A luta antirracista na escola começa por pequenas ações cotidianas, como respeito a diversidade e a valorização a pertença étnica de cada indivíduo. As práticas pedagógicas antirracistas não podem ser datadas, nem restritas a comemorações alusivas como o 13 de maio (assinatura da Lei Áurea, que marca a abolição da escravidão), é preciso ter consciência de que precisamos ser antirracistas todos os dias conforme destaca Pinheiro (2023).

Quando a Lei nº 10.639/03 foi implementada, alterando a Lei de diretrizes e bases da educação nacional - LDB (Lei nº 9.394/1996), marcou um novo passo na educação brasileira rumo ao combate ao racismo e a valorização da identidade, história, cultura e ancestralidade africana e afro-brasileira.

A necessidade de uma Educação Antirracista pode ser pensada em duas perspectivas: A primeira num olhar de representatividade e de reconhecimento de nossa história e a segunda pensando na escola enquanto espaço social onde nossas primeiras relações são estabelecidas (França, 2022, p. 1).

A partir da Lei nº 10.639/03 os currículos das instituições tiveram que ser repensados, para que atendessem às diretrizes específicas da Educação Antirracista na escola. O que simbolizou o abandono do caráter eurocêntrico dos currículos escolares e a adoção de uma perspectiva crítica e emancipadora, pautada nos etnosaberes africanos e afro-brasileiros. Para Leal e Mariani (2025, p. 7), essa mudança provocada a partir da Lei nº 10.639/03 foi “[...]uma conquista de grande importância para a comunidade negra, que sempre reivindicou o reconhecimento da sua presença nos espaços educativos, negado historicamente devido ao racismo que estrutura a sociedade”. Contudo, de acordo com Gomes (2012, p. 102), o processo de descolonização dos currículos ainda ocorre de forma fragmentada e isso necessita ser uma das principais metas da educação brasileira:

Descolonizar os currículos é mais um desafio para a educação escolar. Muito já denunciamos sobre a rigidez das grades curriculares, o empobrecimento do caráter conteudista dos currículos, a necessidade de diálogo entre escola, currículo e realidade social, a necessidade de formar professores e professoras reflexivos e sobre as culturas negadas e silenciadas nos currículos.

Contribuindo com o diálogo, Munanga (2005, p. 7-8) ressalta que ainda são inúmeras as situações de racismo e preconceito presentes nas escolas, considerando o fato de que diversos docentes ainda perpetuam práticas discriminatórias no ambiente escolar:

[...] alguns professores por falta de preparo ou por preconceitos nele introjetados não sabem lançar mão das situações flagrantes de discriminação no espaço escolar e na sala de aula como momento pedagógico privilegiado para discutir a diversidade e conscientizar seus alunos sobre a importância e a riqueza que ela traz a nossa cultura e a nossa identidade nacional.

Esse fato demonstra que a Educação Básica ainda está distante de efetivamente seguir o que determina a Lei nº 10.639/03 e a Lei nº 11.645/08. As instituições de ensino precisam de forma urgente adotar uma postura ativa de combate ao racismo e as discriminações, para isso, podem adotar o que estabelecem as Diretrizes curriculares nacionais para a educação das relações étnico-raciais e para o ensino de história e cultura afro-brasileira e africana:

- a conexão dos objetivos, estratégias de ensino e atividades com a experiência de vida dos alunos e professores, valorizando aprendizagens vinculadas às suas relações com pessoas negras, brancas, mestiças, assim como as vinculadas às relações entre negros, indígenas e brancos no conjunto da sociedade; - condições para professores e alunos pensarem, decidirem, agirem, assumindo responsabilidade por relações étnico-raciais positivas, enfrentando e superando discordâncias, conflitos, contestações, valorizando os contrastes das diferenças; - valorização da oralidade, da corporeidade e da arte, por exemplo, como a dança, marcas da cultura de raiz africana, ao lado da escrita e da leitura; - educação patrimonial, aprendizado a partir do patrimônio cultural afro-brasileiro, visando a preservá-lo e a difundi-lo (Brasil, 2004, p. 19-20).

Para que tudo isso seja colocado em prática é necessário um trabalho colaborativo, que envolva todos os agentes educativos e as famílias, unidos em um processo que valorize os saberes de cada integrante. Se as crianças desde a Educação Infantil forem ensinadas a respeitar a todos e aprenderem sobre a história e cultura africana e afro-brasileira (seja a partir de jogos, brincadeiras, contações de histórias, entre outras atividades), poderão crescer como sujeitos críticos e conscientes, que respeitam e valorizam as diferenças. A escola sozinha não muda a sociedade, mas ela pode ser uma ferramenta de transformação dos indivíduos por meio da Educação Antirracista.

Projeto “O que África tem a nos ensinar?” e seus desdobramentos

Para o desenvolvimento do projeto “O que África tem a nos ensinar?” adotamos a perspectiva metodológica da pedagogia de projetos, tendo como base os estudos de Leite (1998). Para Leite (1998, p. 1-2), a pedagogia de projetos é uma metodologia ativa que visa:

[...]à ressignificação desse espaço escolar, transformando em um espaço vivo de interações, aberto ao real e às suas múltiplas dimensões. O trabalho com projetos traz uma nova perspectiva para entendermos o processo de ensino/ aprendizagem. Aprender deixa de ser um simples ato de memorização e ensinar não significa mais repassar conteúdos prontos. Nessa postura, todo conhecimento é construído em estreita relação com o contexto em que é utilizado, sendo, por isso mesmo, impossível separar os aspectos cognitivos, emocionais e sociais presentes nesse processo.

O projeto deve partir das reais necessidades da turma, o que pode estar atrelado a situações problemas que precisam ser resolvidas. Por meio do trabalho colaborativo os estudantes organizam toda a estrutura e buscam meios para atingir as metas e objetivos propostos. Contudo, para sua execução é necessário o fazer científico, pois conforme orientam Ferreira e Leal (2015, p. 79) o projeto “é uma proposta de intervenção pedagógica, que tem

como base a pesquisa. É uma atividade intencional e social, que contempla um problema, objetivos e produtos concretos”.

A partir da pedagogia de projetos os estudantes atuam como protagonistas de sua aprendizagem, pois o mesmo opera como agente propulsor para que os estudantes saiam da figura passiva enquanto receptores de conteúdos e passem para a postura ativa de construção de conhecimento. De forma ativa, os estudantes pensam e organizam todas as etapas de sua execução, opinando sobre tudo que envolve o processo de ensino-aprendizagem, garantindo que toda turma tenha voz.

Valente (2000, p. 4) afirma que no desenvolvimento “[...] do projeto o professor pode trabalhar com diferentes tipos de conhecimentos que estão imbricados e representados em termos de três construções: procedimentos e estratégias de resolução de problemas, conceitos disciplinares e estratégias e conceitos sobre aprender”. O professor durante esse processo, assume a figura de mediador propiciando situações de aprendizagem e direcionado os estudantes durante toda a execução.

Segundo Leite (1998) o projeto de aprendizagem deve ser organizado e intencional, seguindo etapas previamente definidas. Para a realização do projeto, a turma do 4º ano da EMEB Armando Dias definiu seis etapas com ações que foram realizadas quinzenalmente:

Quadro 1 – Etapas para o desenvolvimento do projeto

Etapas	Ações	Período
Etapa 1	Escolha do tema	Março/2023
Etapa 2	Problematização e hipóteses	Março/2023
Etapa 3	Planejamento das ações	Março/2023
Etapa 4	Execução	Abril-Outubro/2023
Etapa 5	Culminância	Novembro/2023
Etapa 6	Avaliação	Novembro/2023

Fonte: Adaptado de Leite (1998).

Primeiramente, na Etapa 1, a turma reuniu-se no mês de março para realizar a escolha da temática do projeto da turma. Cada instituição da rede municipal de ensino de Sinop-MT desenvolve projetos institucionais que contam com a participação de todas as turmas da escola. Os projetos obrigatoriamente devem ser alinhados ao Documento de Referência Curricular para o Município de Sinop (DRC/Sinop, 2019) e ao Projeto Político Pedagógico (PPP) de cada instituição. Sendo pensados a partir da realidade e contexto de sua comunidade educativa.

A equipe da EMEB Armando Dias, como forma de atender a obrigatoriedade do ensino da história e cultura afro-brasileira e africana, criou o projeto institucional “Conhecendo sobre a cultura afrodescendente”. O projeto é desenvolvido desde o ano de 2004, tendo como

precursora uma professora que iniciou os trabalhos com a realização de oficinas de produção de bonecas Abayomi.

Diante do projeto institucional, cada turma da instituição teve a tarefa de pensar em um projeto de classe que contemplasse a temática das relações étnico-raciais. A partir do diálogo entre professor regente e a turma foi decidido desenvolver um projeto voltado a tudo que os estudantes queriam aprender sobre a África. O mesmo foi intitulado como: O que África tem a nos ensinar? o nome do mesmo surgiu a partir de uma das hipóteses levantadas pelos estudantes na Etapa 2.

Durante a Etapa 2 os estudantes realizaram pesquisas no laboratório de informática da instituição e selecionaram materiais que falassem sobre a África e suas contribuições para a formação do Brasil. Após realizarem a pesquisa na *internet* os estudantes se reuniram na sala de aula para discutir o que encontraram e na sequência decidiram o que seria desenvolvido no projeto. Dentre os dados levantados, a turma do 4º ano elencou cinco principais áreas de contribuição: 1) dança; 2) música; 3) língua; 4) culinária; 5) cultura.

Com a orientação do professor regente os estudantes organizaram uma roda de conversa em formato de seminário sobre cada uma das áreas de contribuição encontradas por meio da pesquisa. Na Etapa 3 cada grupo teve como tarefa apresentar o que poderia ser desenvolvido e estudado de forma prática durante as aulas e que remetesse ao estudo sobre a história e cultura africana. Dentre as propostas definidas, podemos destacar: 1) leitura de livros infantis de temática negra; 2) sessão de cinema; 3) brincadeiras de origem africana; 4) dança africana.

Para a Etapa 4, os estudantes tiveram leitura semanal na biblioteca durante o mês de abril. As obras de literatura afro-brasileira tinham como protagonistas personagens negros, demonstrando aos estudantes a representatividade para que se reconhecessem nas narrativas. Desta forma, evidenciando que suas histórias também poderiam ser contadas, algo que nem sempre é encontrado em obras presentes nas bibliotecas escolares, conforme pontua Castilho (2004). No quadro 2 podemos observar alguns livros lidos pela turma:

Quadro 2 – Obras infantis afro-brasileiras

Título/Autor/Ano de publicação/Editora	Ilustração	Sinopse
<i>Meu Crespo é de Rainha</i> Capa "Happy to Be Nappy" bell hooks (2018) Editora Boitatá		A obra apresenta diferentes tipos de cabelo e estilos de penteado, destacando a visão positiva e sua importância como símbolo da identidade e cultura.

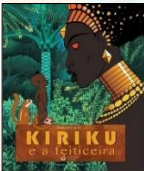
Mãos tagarelas, bocas sorridentes Jonas Ribeiro (2020) Editora Prefácio		A obra representa a história de uma família de pessoas surdas que se comunicam por meio de língua de sinais. Uma família que tem as mãos tagarelas e a boa sorridente.
---	---	--

Fonte: Produzido pelos autores (2026).

Os livros apresentados para a turma foram selecionados previamente pelo professor regente, sendo está uma tarefa primordial, pois nem toda a literatura com personagens negros apresenta uma visão positiva da pertença étnica. Segundo Santos e Mazzuco (2022), por vezes são encontradas obras que reforçam estereótipos racializados e preconceituoso, como o cabelo ruim.

Nos meses de maio e junho a turma do 4º ano realizou duas sessões de cinema com filmes infantis na lousa digital que contextualizam experiências, vivências e histórias de povos e culturas africanas, conforme é mostrado no quadro 3:

Quadro 3 – Filmes de temática negra

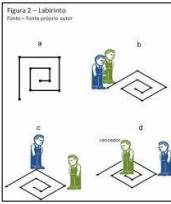
Título/Diretor/Lançamento	Capa do filme	Sinopse
Kiriku e a Feiticeira “ <i>Kirikou et la Sorcière</i> ” Michel Ocelot (1998)		O filme mostra a aventura e a luta de Kiriku para libertar seu povo do domínio da feiticeira Karaba. Na história, Karaba secou a fonte d'água do povoado de Kiriku, o que tem afetado as suas plantações.
Meu nome é Maalum Luisa Holanda (2021)		O filme conta a história de Maalum, uma menina que cresceu amada por sua família, o que a faz sentir orgulho de sua identidade negra. Ao sair de sua casa se depara com uma sociedade racista, que até mesmo na escola reproduz situações de preconceito. Contudo, a partir do acolhimento de sua família para a superar cada um dos desafios.

Fonte: Produzido pelos autores (2026).

A partir das obras cinematográficas, os estudantes foram convidados a refletir criticamente sobre questões centrais, como a cultura africana, o racismo estrutural e a forma que ele opera no dia a dia. O que serviu como fio condutor para discutirem sobre a valorização da beleza negra, a identidade étnico-racial e a ancestralidade presente nos traços fenotípicos de cada um. Para Uchoa (2025), discutir sobre a identidade negra no contexto escolar é necessário para que os estudantes construam uma visão positiva sobre a identidade e as características da população negra, o que possibilitará também a valorização das diferenças.

Nos meses de julho e agosto a turma vivenciou experiências envolvendo a musicalização, dança e brincadeiras, conforme pode ser visto no quadro na sequência:

Quadro 4 – Experiências culturais

Experiência	Ilustração	Contextualização
Brincadeira “Labirinto de Moçambique”		De acordo com Martins (2022, n.p.) o Labirinto de Moçambique é uma brincadeira popular “para jogadores de todas as idades e níveis de experiência. Originário de Moçambique, país situado no continente africano, que possui uma rica diversidade cultural, o jogo proporciona uma conexão com a cultura africana. Os participantes devem percorrer o percurso do labirinto, com o objetivo de chegar ao final do trajeto antes do seu oponente”.
Dança “Maculelê”		Segundo Melo (2023, p. 24) o Maculelê é uma dança e luta de origem afro-brasileira “que se desenvolveu nos canaviais de Santo Amaro da Purificação, no Recôncavo Baiano, e compõe, há mais de duzentos anos”.

Fonte: Produzido pelos autores (2026).

A partir das experiências culturais os estudantes puderam aprender sobre brincadeiras, danças e musicalização como forma de expressão histórico-cultural africana de diferentes povos. Partindo da origem das experiências apresentadas, investigaram informações sobre alguns países africanos, estudando questões sobre a geografia, língua falada e costumes.

O conhecimento sobre a cultura africana é essencial para que os estudantes reconheçam a multiplicidades de representações e identidades presentes no continente africano. Estudar essa temática possibilitará que rompam com a visão de África enquanto um lugar de miséria e passem para uma perspectiva de África como território de saberes e ancestralidade, conforme salientam as Diretrizes curriculares nacionais para a educação das relações étnico-raciais e para o ensino de história e cultura afro-brasileira e africana (Brasil, 2004).

Em setembro e outubro os estudantes desenvolveram oficinas voltadas a produção artística, como é apresentado no quadro 5:

Quadro 5 – Oficinas

Oficina	Ilustração	Contextualização
Produção de bonecas Abayomi		As bonecas Abayomi são construídas a partir de nós em um retalho de tecido, para além de um brinquedo ou recordação elas são objetos “de resistência, porque embora modificada pelo processo de transformação histórica, permanece ativando as memórias e identidades socioculturais do povo de África” (Borsetto <i>et al</i> , 2020, p. 6).
Produção de lapbooks sobre personalidades negras		De acordo com Locatelli e Zanuzzo (2021, p. 04), o lapbook caracteriza-se como uma espécie de livro ou portfólio “[...]que apresenta de forma interativa informações resumidas sobre determinada temática e este geralmente é produzido com o uso de recursos como papel, colagens e materiais para desenho e/ou de forma digital”.

Fonte: Produzido pelos autores (2026).

As propostas desenvolvidas a partir de oficinas foram voltadas a representatividade negra e a ancestralidade. Primeiramente os estudantes produziram *lapbooks* (livros interativos) com personalidades negras da atualidade ou históricas que se identificam. A produção dos *lapbooks* iniciou com a pesquisa sobre dados sobre a história de cada personalidade e na sequência foi realizada uma oficina para a produção artísticas utilizando cartolina, papel cartão, canetinhas, lápis de cor, tinta, entre outros. Experiências como essa são possibilidades para que as crianças construam sua percepção sobre seu corpo enquanto símbolo de beleza, pertencimento e identidade, que se constitui a partir de modelos sociais que as representem (Costa *et al.*, 2025; Tavares, 2014).

A turma também participou de uma oficina de produção de bonecas Abayomi. Primeiramente houve um momento de explanação para conhecimento das muitas versões históricas sobre as bonecas: 1) enquanto um brinquedo utilizado para acalantar os filhos durante a travessia do atlântico até o Brasil na diáspora. Sendo criado a partir de retalhos das roupas; 2) artesanato e manifestação cultural afro-brasileira criada pela artesã Lena Martins, conforme ressaltam Borsetto *et al.* (2020).

Como forma de finalização do projeto, no mês de novembro a turma organizou os materiais para a exposição na feira aberta para as famílias na semana no 20 de novembro, a Etapa 5. A exposição foi a culminância do projeto institucional “Conhecendo sobre a cultura afrodescendente”, sendo uma forma de mostrar as famílias e a comunidade escolar tudo que todas as turmas da instituição desenvolveram durante o ano letivo. No decorrer da exposição, os estudantes explicavam oralmente como foi desenvolvida cada atividade para quem fosse visitar o espaço reservado para a turma no pátio.

Após a feira foi realizada a Etapa 6, a turma reuniu-se para avaliar tudo que desenvolveram durante toda a execução do projeto. Para isso, o professor regente organizou uma apresentação de fotos para ser um disparador da conversa reflexiva sobre cada ação realizada. Nesse momento cada estudante fez sua autoavaliação referente a participação e o comprometimento com as atividades/experiências do projeto.

Considerações Finais

A Educação Antirracista é uma proposta pedagógica que precisa estar presente em todas as instituições, pois a partir dela os agentes escolares podem trilhar caminhos para o fortalecimento da luta antirracista e o combate ao racismo e preconceito. Projetos educacionais

são elementos potencializadores para promover ações pedagógicas antirracistas de forma contextualizada na rotina escolar, seja por meio de brincadeiras, da literatura ou produções artísticas.

Compreendemos que o projeto “O que África tem a nos ensinar?” atingiu seu objetivo inicial, pois por meio dele os estudantes puderam vivenciar experiências antirracistas que os levaram a refletir de forma crítica sobre o local dos negros na sociedade e passaram a reconhecer a cultura africana como parte integrante de sua identidade enquanto afro-brasileiros.

A metodologia da pedagogia de projetos mostrou-se uma estratégia eficaz para a implementação da Lei nº 10.639/03 no cotidiano escolar, uma vez que possibilitou a construção coletiva do conhecimento de forma ativa, crítica e significativa. Ao longo das seis etapas desenvolvidas, os estudantes não apenas aprenderam sobre a história e cultura africana e afro-brasileira, mas também foram protagonistas desse processo, escolhendo temas, levantando hipóteses, pesquisando e produzindo conhecimento. Essa postura ativa contribuiu para que a temática não fosse tratada de maneira pontual ou comemorativa, mas como parte integrante da formação cidadã de cada estudante.

Referências Bibliográficas

BORSETTO, E. A.; ARAGÃO, I. R. Reflexões acerca da boneca Abayomi enquanto objeto de resistência, identidade e educação. In: **Seminário Nacional de Sociologia da UFS**, 3., 2020, São Cristóvão, SE. Anais [...]. São Cristóvão, SE: PPGS/UFS, 2020. Disponível em: <https://ri.ufs.br/handle/riufs/13865>. Acesso em: 31 mar. 2026.

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília: Presidência da República, 1996. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm. Acesso em 10 mar. 2026.

BRASIL. **Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003**. Altera a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática ‘História e Cultura Afro-Brasileira’, e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, 9 jan. 2003. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/110.639.htm. Acesso em: 17 mar. 2026.

BRASIL. **Diretrizes curriculares nacionais para a educação das relações étnico raciais e para o ensino da História afro-brasileira e africana**. Brasília/DF: SECAD/ME, 2004.

Disponível em:

https://download.inep.gov.br/publicacoes/diversas/temas_interdisciplinares/diretrizes_curriculares_nacionais_para_a_educacao_das_relacoes_etnico_raciais_e_para_o_ensino_de_historia_e_cultura_afro_brasileira_e_africana.pdf. Acesso em: 17 mar. 2026.

BRASIL. **Lei nº 11.645, de 10 de março de 2008**. Altera a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, modificada pela Lei no 10.639, de 9 de janeiro de 2003, que estabelece as diretrizes

e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena”. Diário Oficial da União, Brasília, 10 mar. 2008. Disponível em:

https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/111645.htm. Acesso em: 17 mar. 2026.

CASTILHO, S. D. de. A Representação do negro na literatura brasileira: novas perspectivas.

Olhar de professor, Ponta Grossa, v. 7, n. 1. p. 103-113, 2004. Disponível em:

<https://revistas.uepg.br/index.php/olhardeprofessor/article/view/1418/1063>. Acesso em: 31 mar. 2026.

COSTA, Raila dos Santos; FERREIRA, Jainara de Souza; SANTANA, Vitória.

Representatividade negra na infância: caminhos para formação de adultos conscientes. In:

Congresso Baiano de Pesquisadores(as) Negros(as) – X CBPN, 2025, Salvador.

Anais... Salvador – BA, 2025.

FERREIRA, Rosimeire Aparecida Moreira Peraro; LEAL, Telma Ferraz. Projeto didático e interdisciplinaridade no ciclo de alfabetização. In: Brasil. Secretaria de Educação Básica.

Diretoria de Apoio à Gestão Educacional. **Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade**

Certa. Interdisciplinaridade no ciclo de alfabetização. Caderno 03 / Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, Diretoria de Apoio à Gestão Educacional. – Brasília: MEC, SEB, 2015.

FRANÇA, Natália Delamarte. **A necessidade de uma Educação Antirracista**. São Paulo,

SP: Portal Geledés, 2022. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/a-necessidade-de-uma-educacao-antirracista/>. Acesso em: 30 mar. 2026.

GOMES, Nilma Lino. Relações Étnico-raciais, educação e descolonização dos currículos.

Currículo sem Fronteiras, v. 12, n. 1, p. 98-109, jan./abr., 2012. Disponível em:

https://www.apeoesp.org.br/sistema/ck/files/5_Gomes_N%20L_Rel_etnico_raciais_educ%20e%20descolonizacao%20do%20curriculo.pdf. Acesso em: 20 fev. 2026.

HERNÁNDEZ, F. **Transgressão e mudança na educação: os projetos de trabalho**. Porto Alegre: ArtMed, 1998.

LEAL, A. S.; MARIANI, V. de C. P. Reflexões a partir da Lei 10.639/03: contribuições e limitações em relação a questão racial no contexto educacional. **Educação Por Escrito**,

16(1), e45339. DOI: <https://doi.org/10.15448/2179-8435.2025.1.45339>. Disponível em:

<https://revistaseletronicas.pucrs.br/porescrito/article/view/45339>. Acesso em: 15 mar. 2026.

LEITE, Lúcia Helena Alvarez. Pedagogia dos projetos. **Revista Presença Pedagógica**, n.o 8, p. 24.-33, 1998. Disponível em:

https://www2.unitins.br/bibliotecamidia/files/documento/ava_634025141883180000pedagogia_de_projetos.pdf. Acesso em: 10 mar. 2026.

LOCATELLI, Aline; ZANUZZO, Viviane. Energia e Meio Ambiente: A construção de um *lapbook* como ferramenta didática. **Revista Insignare Scientia**, 2021. Disponível em:

<https://periodicos.uffs.edu.br/index.php/RIS/article/view/12558/8049>. Acesso em: 30 mar. 2026.

LOPES, Dilmar Luiz; PINTO, Adriana da Silva. O panorama dos 20 anos da Lei 10.639/03 e suas ressonâncias para educação antirracista. **Eventos Pedagógicos**, [S. l.], v. 15, n. 2, p. 488–500, 2024. DOI: 10.30681/rep.v15i2.12102. Disponível em:

<https://periodicos.unemat.br/index.php/rep/article/view/12102>. Acesso em: 15 mar. 2026.

MARTINS, Jordana. Educação Física – Jogo Africano Labirinto. **Conexão e Escola**, 2022.

Disponível em: <https://sme.goiania.go.gov.br/conexaoescola/eaja/educacao-fisica-jogo-africano-labirinto/>. Acesso em: 31 mar. 2026.

MELO, Bruna Mascaro Seabra de. **Saberes e fazeres em cruzeta**: olhares multifacetados sobre o Maculelê. - 2023. 296 f. Dissertação (Mestrado em Dança) - Universidade Federal da Bahia, Escola de Dança, Salvador, 2023.

MOTA, Thiago Henrique. Ensino antirracista na educação básica: uma introdução. In: MOTA, Thiago Henrique (Org.) **Ensino antirracista na Educação Básica**: da formação de professores às práticas escolares [recurso eletrônico]. -- Porto Alegre, RS: Editora Fi, 2021.

MUNANGA, Kabengele (org.). **Superando o racismo na escola**. Brasília: Ministério da Educação, 2005.

PINHEIRO, Bárbara Carine Soares. **Como ser um educador antirracista**. São Paulo: Planeta do Brasil, 2023.

RENNER, Lucimar Rigo. **A importância da pedagogia de projetos**. 2010. 32 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização em Gestão Educacional) - Universidade Federal de Santa Maria (UFSM, RS), Santa Maria, 2010.

SANTOS, Dilce Melo; LEAL, Nadja Melo. Pedagogia de projetos e suas contribuições no processo de ensino e aprendizagem significativa. **Estudos IAT**, Salvador, v.4, n.2, p. 261-274, set., 2019. Disponível em:

<https://estudosiat.educacao.ba.gov.br/index.php/estudosiat/article/view/139/127>. Acesso em: 20 mar. 2026.

SANTOS, Edilaine Souza; MAZZUCO, Neiva Gallina. Literatura infantil como ferramenta de fortalecimento da autoestima de crianças negras na primeira e segunda infâncias. **Brazilian Journal of Development**, Curitiba, v.8, n.9, p. 61432-61463, sep., 2022. Disponível em:

<https://ojs.brazilianjournals.com.br/ojs/index.php/BRJD/article/view/51871>. Acesso em: 30 mar. 2026.

SINOP. **Documento de referência curricular para o município de Sinop**. Secretaria Municipal de Educação Esporte e Cultura Coordenadoria de Educação Básica. Sinop-MT, 2019. Disponível em: <https://ceforme.blogspot.com/p/diretrizes-curriculares-municipais.html>. Acesso em: 15 fev. 2026.

TAVARES, Sueli. **Literatura infantil e diversidade**: refletindo sobre representatividade racial. São Paulo: Cortez, 2014.

TEIXEIRA, Hericka Fernanda Oliveria. **A importância do ensino da cultura afro-brasileira nas escolas da educação infantil**. 2024. 86 f. Trabalho de Conclusão de Curso

(Licenciatura em Pedagogia) - Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP, MG), Ouro Preto, 2024.

UCHOA, Rozerlane da Silva Sousa. **Identidade negra no espaço escolar:** contribuições para a discussão das relações étnico-raciais e combate ao racismo na escola. Dissertação (Mestrado profissional de sociologia em rede nacional) - Universidade Estadual Vale do Acaraú (UVA), Sobral, 2025.

VALENTE, J.A. Formação de Professores: Diferentes Abordagens Pedagógicas. In: VALENTE, J.A. (org.). **O computador na Sociedade do Conhecimento**. Campinas, SP: UNICAMP-NIED, 2000.

